



Vereadores pedem uso de verba da Vale em obra da Rua Formosa

O acordo financeiro celebrado entre a mineradora Vale e o governo de Minas Gerais, em consequência dos danos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho, foi alvo de manifestações na Câmara de Carmópolis de Minas. Por meio de um requerimento coletivo, os vereadores solicitaram ao prefeito que parte do montante de R\$ 1,5 milhão que cabe ao município fosse utilizado no término da obra da Rua Formosa, no Bairro Aparecida, mas em ofício ao Legislativo, José Omar Paolinelli (PSD) se antecipou ao pedido aprovado por unanimidade. O desalinhamento do Executivo com sua base parlamentar gerou críticas no plenário.

Páginas 3 e 7



Volney Henrique

Plenário discutiu sobre a melhor destinação dos recursos.

Tribuna Livre

*Ações ligadas à causa animal e meio ambiente são relatadas ao plenário

*Cidadão pede nome de rua para "Jovi do Bananal"

*Queimadas em lotes voltam a ser motivo de queixas

Página 8

Moção repudia a privatização dos Correios

Página 4

Imagem da padroeira visita o Legislativo



Volney Henrique

A sede da Câmara de Carmópolis de Minas recebeu a visita da imagem de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do município. A peregrinação fez parte da programação da festa da Padroeira de 2021.

Página 8

Engenheiro da Prefeitura explica sobre obras

Ledson Júnior de Moraes participou de sessão legislativa para tirar dúvidas dos vereadores e esclarecer sobre obras de pavimentação no Bom Jardim das Pedras e Japão Grande.

Página 5

Vereador que perdeu irmão por Covid questiona postura do governo federal

Página 6

Requerimentos

As ações coletivas e individuais dos vereadores em prol do município

Página 4

Dirceu deixa o cargo de líder do governo

Página 2

Cidadãos pedem manutenção de rua e carteira de identidade

Reivindicações foram comunicadas ao plenário pelo presidente Célio Roberto Azevedo (PSD).

Página 2

Carmópolis consegue nota inédita no ICMS Cultural

Secretaria de Cultura e o Conselho do Patrimônio receberam aplausos pelos bons resultados do trabalho.

Página 5

Asfaltamento no Bom Jardim volta a ser questionado

Moradores continuam reclamando de falhas e falta de conclusão da obra.

Página 2

PROTEJA-SE CONTRA O CORONAVÍRUS

- 1** LAVE AS MÃOS COM ÁGUA E SABÃO OU USE ÁLCOOL GEL
- 2** EVITE LOCAIS COM AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS
- 3** UTILIZE LENÇO DESCARTÁVEL PARA HIGIENE NASAL
- 4** CUBRA O NARIZ E A BOCA AO TOSSIR E ESPIRRAR
- 5** EVITE TOCAR NOS OLHOS, NARIZ E BOCA

CÂMARA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS

Vereadores debatem sobre asfaltamento no Bom Jardim

A obra de asfaltamento realizada no distrito de Bom Jardim das Pedras, município de Carmópolis de Minas, recebeu novas críticas na Câmara Municipal, durante a sessão ordinária realizada no dia 5 de julho de 2021, quando o vereador João Francisco Vieira (PSD) afirmou ter recebido novas reclamações de moradores, pelos quais foi procurado no dia anterior.

Segundo as queixas, a pavimentação deveria ter começado no início do trecho e não em sua metade, resultando numa obra muito ruim. “Disse a eles que o asfaltamento completo era um compromisso do

prefeito anterior, mas que por enquanto isso não seria possível, por falta de recursos financeiros”, continuou o parlamentar, argumentando que a Prefeitura deve planejar suas obras de asfaltamento sempre pelo início da via e nunca em sua metade.

O argumento foi endossado pelo vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM), ao discorrer sobre outra obra de asfaltamento, realizada na Rua Formosa, perímetro urbano de Carmópolis, que também deixou trechos sem pavimentação. “Iniciar uma obra pela metade da rua é coisa de Carmópolis”, observou o vereador,

fazendo uma analogia à obra do Bom Jardim.

Para o presidente da Câmara, Célio Roberto Azevedo (PSD), a Prefeitura não conseguirá concluir a obra do distrito até o final de 2021 e que cabe à Câmara mostrar à população que está cumprindo sua parte, fazendo a necessária fiscalização, convocando os responsáveis para prestarem esclarecimentos ao plenário. Lembrou haver no Legislativo vários documentos, entre requerimentos e pronunciamentos sobre a obra, estando o Poder resguardado quanto a essas informações.

Dirceu deixa o cargo de líder do governo

O vereador Dirceu da Silva (PSD) **-foto à direita-** comunicou, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 19 de julho de 2021, que estava deixando, a partir daquela data, o cargo de líder do governo na Casa. A decisão, segundo o vereador, devia-se ao fato de ter se sentido desrespeitado, como vereador, chegando ao ponto de ter que indagar, ao Executivo, se havia alguma coisa a ser comunicada ao plenário. Sentindo-se desinformado, Dirceu disse estar servindo de “chacota” para o povo.

Ele citou especificamente o caso da verba proveniente do acordo do governo de Minas com a empresa Vale, fruto de indenização aos municípios mineiros pela tragédia causada pelo rompimento da barragem de Brumadinho. Para ele, o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) deveria ter comunicado a ele sobre o recebimento dos recursos, o que acabou sendo comunicado ao plenário por seu colega Geraldo Lucas, líder do PV.



Volney Henrique

Outro episódio revelado por ele teria ocorrido no povoado da Gerais, onde se encontrava visitando uma obra de instalação de canaletas em uma via, momento em que chegaram algumas pessoas ligadas à Prefeitura, entre elas o ex-prefeito e atual secretário Geraldo Antônio da Silva, para procederem à medição e avaliação de um terreno, por sinal conseguido por ele, destinado à instalação de uma caixa d'água para servir ao distrito de Bom Jardim das Pedras. Dirceu disse ter sido apenas cumprimentado à distância e nem ao menos foi convidado a fazer companhia ao grupo na medição, o que, para ele,

também se tratou de um grande descaso.

No ofício encaminhado ao prefeito comunicando sua renúncia ao cargo, Dirceu argumentou que, apesar de receber o título de líder em fevereiro deste ano, sentiu que durante todo o período que exerceu a liderança, faltou comunicação do governo para com ele, chegando inclusive a tomar conhecimento de alguns assuntos pertinentes ao governo somente em plenário, tendo como porta-voz outros vereadores.

Dirceu agradeceu a todos os colegas pelo apoio durante o tempo em que desempenhou a função.

Drive thru da vacina funciona bem e é aplaudido na Câmara

O bom andamento, em Carmópolis de Minas, da vacinação contra a Covid-19 pelo sistema “drive thru” foi destacado pela vereadora Jaqueline Emilia Luciano (PV), **-foto à direita-** durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 19 de julho de 2021. De acordo com ela, os problemas verificados no início do programa, quando alguns carmopolitanos tiveram dificuldades para receber o imunizante por falta de um veículo, foram totalmente sanados e a vacinação, agora, desenvolve-se a contento.

A vereadora afirmou que tem visitado quase todos os pontos de vacinação, e fica feliz ao ver o bom nível de organização e ao constatar que o programa está avançando. Sobre a questão da norma estadual que prioriza a vacinação de funcionários da indústria, Jaqueline disse acreditar que o



Volney Henrique

melhor seria prosseguir com a imunização por idade, quesito que para ela deveria ser usado em todos os municípios.

“Não se justifica parar a vacinação por idade para atender outro público”, argumentou a parlamentar, ressaltando que a população quer ser vacinada e está atenta ao andamento da campanha. Jaqueline destacou, também, que embora os postos apresentem longas filas, a vacinação está se processando de forma rápida, deixando também a população satisfeita. Ela apontou a queda do número

de contaminados e de hospitalizações na cidade como consequência desse avanço, mas defendeu o acesso de toda a população aos imunizantes, para que os objetivos da campanha sejam totalmente alcançados.

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) também elogiou o sistema de vacinação por “drive thru” que está sendo realizado na Praça Santo Antônio, e para o qual contribuiu, por meio de um requerimento solicitando que o serviço fosse feito naquele local, devido aos transtornos que gerou no centro da cidade.

Cidadãos pedem manutenção de rua e carteira de identidade

A Câmara Municipal de Carmópolis de Minas recebeu ligação telefônica de moradores da Rua Honório Lopes do Amaral, pedindo a intermediação dos vereadores, junto à Prefeitura, para conseguirem a necessária manutenção da via. O Legislativo também recebeu um questionamento sobre quando seria iniciada a confecção de carteira de Identidade no município. Os fatos foram comunicados ao plenário pelo presidente Célio Roberto Azevedo (PSD), durante a sessão ordinária realizada no dia 19 de julho de 2021.

De acordo com a informação, os moradores pediram a intervenção da Câmara, alegando descaso da administração pública, que parou até mesmo de jogar água na via, por meio de caminhão-pipa, para amenizar a poeira, obrigando os moradores a fazerem isso

com o uso de mangueiras e água tratada do Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM), paga por eles, para evitar doenças respiratórias e alérgicas que têm acometido principalmente as crianças do bairro.

O presidente explicou que o pedido era endereçado a todos os vereadores, para que intervissem junto ao secretário de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural - Sérgio Damião Moraes, no sentido de amenizar o problema.

O presidente citou outro pedido feito por um cidadão, para que o município inicie a confecção das carteiras de identidade. Célio informou que, segundo a Prefeitura, até no final do mês de julho o documento já estaria sendo confeccionado na cidade, que já possui a devida autorização para promover o serviço.

Moradores reclamam contra barulho de carro de som

O vereador José Laércio da Silveira, líder do DEM pediu à liderança do governo na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas para encaminhar, no âmbito do Poder Executivo, solicitação feita a ele, por moradores, para que o serviço de propaganda feito por meio de carro de som pelas ruas da cidade seja executado em volume mais baixo, em vista dos transtornos gerados para moradores que se encontram em suas casas.

Argumentou o vereador que neste período de pandemia muitas pessoas passam longos períodos sem sair de casa, muitos trabalhando em regime de “home Office” e se sentem incomodados pelo alto volume do

som emitido por esses veículos. Acrescentou que esse tipo de publicidade visa atingir quem se encontra mais próximo e não aqueles que se encontram há mais de um quilômetro de distância.

O líder do governo no plenário, vereador Dirceu da Silva (PSD) informou que levaria a reivindicação ao prefeito, lembrando que o assunto já foi alvo de um requerimento seu à administração anterior, pois apesar de não ter nada contra quem contrata ou presta o serviço, reconhece que o som é muito alto, principalmente nas ruas do centro, onde existem muitos prédios de apartamentos.

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)
Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010
Editor - João Bosco Ribeiro - reg. MG 3655 JP
Mesa Diretora da Câmara - 2021

Presidente: Célio Roberto Azevedo (PSD)
Vice presidente: Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB)
Secretário: Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)
Tesoureiro - João Francisco Vieira (PSD)
Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 - Centro
Carmópolis de Minas - MG - CEP 35.534-000
Tel.: (37) 3333-1704 e 3333-2299

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camaracarmopolis.mg.gov.br
Edição

Jornal GAZETA DE MINAS - Oliveira MG
Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br
Impressão - Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda.

Secretária da Saúde presta contas do 1.º quadrimestre

Por solicitação da secretária municipal de Saúde Daniela Leite Garcia Silva e atendendo dispositivos legais, a Câmara de Carmópolis de Minas realizou sua quinta sessão extraordinária da atual legislatura, no dia 5 de julho, com o objetivo de prestação de contas da Pasta relativas ao primeiro quadrimestre de 2021.

A secretária informou que apesar das dificuldades ainda impostas pela pandemia do novo coronavírus, o setor de saúde municipal continua desenvolvendo todas as suas ações regulamentares, mesmo diante de um quadro sanitário preocupante, com grande número de infectados, internações hospitalares e os óbitos já verificados.

Ela apresentou um balanço dos atendimentos feitos nos vários setores de atuação da Secretaria, entre eles a Estratégia de Saúde da Família; atendimento médico; atendimento da Clínica Abraço; atendimento na pediatria; Núcleo de Saúde da Mulher; transporte de pacientes; exames laboratoriais; saúde bucal; atendimento multiprofissional;

vacinas e setor de zoonoses, com destaque para o combate à leishmaniose canina.

Lembrou que no período ainda houve dificuldades de contratações médicas. Destacou, ainda, que a partir do dia 19 de julho seria solucionada a situação do atendimento médico no distrito do Bom Jardim das Pedras, com a contratação de duas médicas, sendo que uma delas atuará no distrito e outra na Clínica Abraço, na região urbana de Carmópolis.

Daniela destacou o retorno gradual das cirurgias eletivas e ambulatoriais, setor que se encontra com grande demanda reprimida. Também mostrou a evolução de atendimentos no âmbito da vigilância sanitária. A secretária apresentou o demonstrativo de gastos com a Saúde, que ultrapassaram os R\$ 4 milhões no quadrimestre, dos quais mais de R\$ 2 milhões somente com a atenção básica.

Todos os vereadores presentes fizeram perguntas e questionamentos à secretária, mostrando-se satisfeitos com as respostas obtidas.

Rua Formosa ainda tem trecho incompleto

Ao agradecer ao ex-deputado Edson Moreira a destinação de verba para a pavimentação da Rua Formosa, localizada no Bairro Aparecida, em Carmópolis de Minas, como também ao ex-vereador Sérgio Damião Moraes, autor do pedido ao ex-parlamentar federal, o vereador Geraldo Lucas, líder do PV, enumerou, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 5 de julho de 2021, alguns serviços que ainda precisam ser concluídos naquela via, para que seja totalmente útil aos moradores e demais usuários.

De acordo com ele, a obra que custou mais de R\$ 400 mil ao município está sendo realizada a contento, mas ainda falta um trecho de pavimentação que não foi contemplado pelo atual convênio. Em visita ao local, ele constatou ser também necessária a construção de uma galeria pluvial, além da retirada de um calçamento com paralelepípedos.

“Mas não tenho dúvidas de que o prefeito José Omar Paolinelli, juntamente com sua equipe e com a Câmara de Vereadores, vai lutar para entregar essa benfeitoria o mais breve possível”, afirmou o vereador.

Sobre o tema, Claudinei Vicente da Silveira (PV) disse ter visitado o local e realmente constatado a existência de um trecho sem pavimentação. Tendo questionado o prefeito sobre o fato, recebeu dele a informação de que o atual projeto de asfaltamento está concluído, não contemplando a parte da rua que não recebeu asfalto, mas que a obra será complementada ainda em sua gestão.

O secretário da Mesa Diretora, vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) revelou sua contrariedade com a questão da Rua Formosa, pois foi grande a luta para se conseguir o asfaltamento das demais ruas do bairro, sendo uma grande reivindicação dos moradores. Destacou a importância da Rua Formosa, que liga o centro da cidade à rodovia MG-270. Disse que a obra foi iniciada na metade da via e não em seu início, constando de dois trechos e ficando o restante sem a

pavimentação.

“Mais uma vez o povo foi enganado”, observou Marcelo, afirmando que, como representantes da população, os vereadores não podem aceitar isso. Ele requisitou cópia de todas as matérias sobre a obra veiculadas no Jornal da Câmara, pois em todas elas foi falado que seria pavimentada a Rua Formosa e não apenas parte dela. “Não quero ser visto como mentiroso”, continuou o vereador, lembrando ter sido ventilado, na Câmara, por várias vezes, que parte da obra seria feita por convênio e o restante com recursos próprios do município. “Foi falado que havia o dinheiro para fazer o asfaltamento. O serviço ficou bom, mas seria bem melhor se tivesse sido completo”, acrescentou Marcelo. Segundo ele, muitos usuários evitam passar por aquela via, pois o calçamento antigo é de péssima qualidade. Ressaltou, entretanto, que o atual prefeito José Omar Paolinelli (PSD) não tem nenhuma culpa, pois tem apenas seis meses de mandato e já pegou a obra em andamento. Ponderou, ainda, que a Prefeitura não tem dinheiro neste momento para dar sequência ao asfaltamento.

O presidente do Legislativo, Célio Roberto Azevedo (PSD), confirmou que sempre se falou, na Câmara, sobre o asfaltamento de toda a Rua Formosa, e não apenas de parte dela. Disse torcer para que o Poder Executivo possa concluir a obra o mais breve possível.

Voltando ao debate, o vereador Geraldo Lucas acrescentou que não se trata de falta de dinheiro, mas das opções de aplicação dos recursos pela atual administração, uma prerrogativa legal do prefeito, tendo em vista a necessidade de intervenções em outros setores.

Concluindo, o presidente afirmou que falta diálogo ao Poder Executivo, que poderia se reunir com os vereadores antes do início de determinadas obras, para que os projetos sejam conhecidos e compartilhados com os parlamentares, sempre dispostos a ajudar a administração.

Vereador pede a deputado recursos para o esporte carmopolitano

Em um encontro com o deputado federal Domingos Sávio (PSDB-MG), **-foto à direita-** o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) solicitou ao parlamentar a inclusão, entre suas emendas ao orçamento federal, de recursos endereçados aos setores de esportes e cultura de Carmópolis de Minas. O assunto foi abordado pelo vereador durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26 de julho de 2021.

Fernando relatou que Domingos Sávio apresentou as emendas de sua autoria, ora encaminhadas para obras e ações no município, provando seu trabalho em favor da população, mas o esporte tem sido esquecido pelos políticos, mesmo sendo um investimento e nunca uma despesa, gerando enormes benefícios coletivos.



Volney Henrique

Ele lembrou que Carmópolis dispõe de um bom espaço para a prática esportiva, representado pela Praça de Esportes, mas que necessita de investimentos para abranger um número maior de pessoas. Fernando exemplificou a força transformadora dos esportes com o que vem ocorrendo nas Olimpíadas de Tóquio, onde a brasileira Rayssa Leal, de apenas 13 anos, conquistou a medalha de prata no skate street, transformando-se em

referência para um país de mais de duzentos milhões de habitantes.

“É o esporte transformando vidas, trazendo saúde e outros benefícios para os adeptos das várias modalidades, merecendo o trabalho da administração e dos demais políticos que vêm à cidade”, argumentou Fernando, ressaltando que essa é uma bandeira que ele sempre carrega e para a qual solicita um pouco mais de atenção.

Aprovado projeto que beneficia o Lar São Vicente de Paula

Por meio do Projeto de Lei aprovado por unanimidade pelo plenário da Câmara, o Poder Executivo de Carmópolis de Minas foi autorizado a promover alteração na Lei Orçamentária Anual (LOA), no que diz respeito à emenda impositiva de autoria do vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM), com recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. O PL recebeu duas emendas aditivas, apresentadas pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR).

O Executivo foi autorizado a proceder à alteração de anexos da Lei nº 2.284, de 29 de Dezembro de 2020 - Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a receita e fixa a despesa do Município de Carmópolis de Minas para o exercício financeiro de 2021, abrindo crédito suplementar.

O PL anulou a emenda impositiva de destinação de recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social, rubrica orçamentária que destinava R\$ 15 mil para ampliação ou reforma do Lar São Vicente de Paula. Da mesma forma foi autorizada a suplementação da ficha orçamentária referente à proteção social básica, na atividade referente a subvenções sociais a entidades filantrópicas, no valor de R\$ 30 mil.

Em sua justificativa, o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) informou que o objetivo do Projeto de Lei foi a modificação da forma de repasse do recurso financeiro para o Lar São Vicente de Paula, alterando de Emenda Parlamentar para Subvenção social.

Alteração no orçamento municipal propicia ampliação de campo de futebol

Foi aprovado, por unanimidade de votos, pela Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a promover alteração dos anexos da Lei Orçamentária Anual, no tocante aos valores incluídos pela emenda parlamentar de autoria dos vereadores Geraldo Lucas e Gilberto Arnaldo de Freitas, com recursos da Secretaria de Educação – Ensino Fundamental, retirando a metade do valor destinado à “Reforma ou Ampliação da Escola Municipal Professora Geni Azevedo”, destinando a quantia de R\$ 20.000,00 à desapropriação de terreno para ampliação de campo de futebol.

A matéria recebeu duas emendas modificativas, apresentadas pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR).

De acordo com justificativa enviada aos vereadores pelo prefeito José Omar

Paolinelli (PSD), a iniciativa altera parte do valor destinado da Emenda Parlamentar para aquisição de materiais, obras de ampliação ou reforma no prédio público municipal onde funcionava a Escola Municipal Geni Azevedo, no Povoado de São José de Carmópolis, considerando que parte da reforma será executada com mão de obra da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural, não havendo, portanto, o gasto total na referida dotação orçamentária.

Sendo assim, o prefeito solicitou que metade desse valor seja utilizada para desapropriação amigável de um imóvel com área de cinco mil, seiscentos e setenta e nove metros quadrados, de propriedade da senhora Raimunda de Oliveira Machado, no povoado de São José de Carmópolis, para instalação e conservação de um campo de futebol.

Falta de acesso ao Poder Executivo incomoda vereador

O vereador José Laércio da Silveira, líder do DEM na Câmara de Carmópolis de Minas, queixou-se das dificuldades que vem encontrando, no que diz respeito ao acesso ao Poder Executivo. Durante a sessão ordinária realizada no dia 19 de julho de 2021, ele disse não ser bem aceito na Prefeitura, mas que é vereador e cumpre as funções inerentes ao cargo.

Laércio argumentou que fiscalizar obras, enviar requerimentos solicitando pequenos serviços como operações tapa-buraco e construção de quebra-molas, não significa que o vereador esteja pressionando ou fazendo oposição ao prefeito, pois isso é função do parlamentar.

Citando requerimentos ainda não atendidos, entre eles de instalação de redutores de velocidade, serviço de grande necessidade da população, principalmente para condutores de motocicletas, Laércio acrescentou que não está cobrando atenção à sua pessoa, mas ao serviço que precisa ser executado.

“Se o prefeito não quer fazer reunião com os vereadores, isso é problema dele, mas nós estamos aqui para apoiar os projetos do prefeito, sendo que nenhum deles foi devolvido sem o nosso voto”, justificou o vereador, ressaltando que o Poder Executivo precisa estar alinhado ao Legislativo.

O líder prosseguiu, afirmando que, nesses seis meses de mandato, ainda não viu nada disso acontecer, estando os vereadores totalmente perdidos no que diz respeito às relações com o chefe do Poder Executivo.

Moção de repúdio Repúdio ao PL 591/2021 e à Privatização dos Correios

O vereador que esta subscreve vem a público manifestar repúdio ao Projeto de Lei nº 591/2021, em tramitação na Câmara dos Deputados, de autoria da Presidência da República e que propõe alterações significativas na estrutura organizacional e operacional dos serviços postais no Brasil. Manifesto preocupação com a tramitação em caráter de urgência dessa matéria de relevância estratégica para a integração do território nacional.

Não pode o governo acabar ou desvirtuar essa importante política pública, pois o acesso ao serviço postal pelo brasileiro, independentemente de onde ele mora, é uma forma de garantir uma sociedade mais justa. Ao privatizar, o governo joga nas mãos de particulares, que obviamente visam o lucro, a responsabilidade social de tornar todos os brasileiros iguais por meio do acesso ao serviço postal.

Com a aprovação do PL, os pequenos municípios brasileiros correm o risco do fechamento de suas agências postais, o que acarretará na diminuição de importantes políticas públicas estatais, além de agravar desigualdades regionais.

Por todas as razões expostas, requer-se o encaminhamento da presente MOÇÃO DE REPÚDIO ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, juntamente à solicitação de sua não aprovação do PL 591/2021, em respeito aos pequenos municípios, aos milhares de funcionários dos correios e a toda população brasileira.

Carmópolis de Minas, 26 de julho de 2021

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)

— REQUERIMENTOS —

Requerimentos coletivos

**Marcelo de Freitas dos Reis (DEM);
Claudinei Vicente da Silveira (PV)**

Povoado Japão Grande - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, a instalação dos bancos na praça do Povoado do Japão Grande, os quais já se encontram no local.

Todos os vereadores

Destinação de recursos da Vale - Que seja vista a possibilidade de direcionar parte da primeira parcela, referente ao recurso que será destinado ao município, proveniente do Projeto de Lei (PL) 2.508/21, que autoriza a utilização de R\$ 11,06 bilhões oriundos de parte do acordo judicial firmado pelo Poder Executivo com a Vale para reparação de danos causados pelo rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho, região Metropolitana de Belo Horizonte, e que 1,5 milhões serão destinados para o município de Carmópolis de Minas, cujo pagamento deverá ser feito em três parcelas, sendo: 40% até 31 de agosto, 30% até 31 de janeiro e outros 30% até 1º de julho de 2022. Que o prefeito faça investimentos que melhorem a vida da população. Que a primeira parcela seja utilizada na obra de conclusão da pavimentação da Rua Formosa, no Bairro Aparecida, chegando até a MG-270. Que seja feita a pavimentação em trecho da estrada de acesso ao Distrito do Bom Jardim das Pedras, iniciando-se na praça do distrito, até o local onde se inicia a pavimentação de massa asfáltica.

Requerimentos individuais

Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD)

Rua Doutor Francisco Paolinelli - Que seja solicitado do Poder Executivo, que intervenha junto à CEMIG, para que seja providenciada a remoção de um poste de rede de energia elétrica na Rua Doutor Francisco Paolinelli, no Bairro Santo Antônio, em frente à residência nº 977, tendo em vista que o poste fica em frente à garagem da referida residência, prejudicando a entrada de veículos. Segundo informações do proprietário do imóvel, o poste se encontra com rachaduras, necessitando ser substituído.

Claudinei Vicente da Silveira (PV)

Estrada do Bom Jardim das Flores - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, o patrolamento da estrada principal que dá acesso ao Povoado do Bom Jardim das Flores e ao local denominado “Usina”, tendo em vista as péssimas condições de tráfego nos locais mencionados.

José Laércio da Silveira (DEM)

Rua Franklin Lopes do Amaral - Que seja solicitado do Poder Executivo, junto à Comissão Municipal de Trânsito, a colocação de quebra-molas ou redutores de velocidade na Rua Franklin Lopes do Amaral, iniciando-se nas proximidades da residência do senhor José Flávio, até o cruzamento com a Avenida São Genaro, tendo em vista o excesso de velocidade em que os veículos trafegam naquela via, colocando em risco crianças e idosos.

Recapamento de vias - Que seja solicitado do Poder Executivo, junto à Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, a possibilidade de fazer o recapamento nas seguintes vias: Rua Maria Cândida de São José, Rua José Teodoro da Silveira, Rua São Francisco e Rua Vera Lúcia Barros, ambas no Bairro Nossa Senhora de Fátima, trecho compreendido entre a Avenida

Nossa Senhora de Fátima e as margens da BR-381. As vias são de pequena extensão, com calçamento de pedrinha, que se encontram em péssimas condições de tráfego de veículos, contendo várias irregularidades, o que tem causado danos aos veículos e prejuízos aos moradores das vias.

Rua José Paolinelli - Que seja solicitada do Poder Executivo, junto à Comissão Municipal de Trânsito, a instalação de quebra-molas ou redutores de velocidade na Rua José Paolinelli, com a Rua Rolindo Marques da Costa, no Bairro Santo Antônio, para amenizar a velocidade em que os veículos trafegam naquela via.

Jaqueline Emília Luciano (PV)

Remoção de veículo abandonado - Que seja solicitado do Poder Executivo, que se faça cumprir a Lei Municipal nº 2.050, de 28 de março de 2014, que dispõe sobre a remoção de veículos automotores abandonados nas vias públicas do município de Carmópolis de Minas nas condições que especifica, e dá outras providências, emitindo notificação ao proprietário da máquina escavadeira que se encontra abandonada no Distrito de Bom Jardim das Pedras, desde o início da obra de pavimentação, e que segundo informações do representante da Empresa Pavom, já notificaram o proprietário da máquina, que não efetuou a retirada. A solicitação se faz necessária para atender diversas reivindicações dos moradores, segundo as quais a máquina se encontra abandonada há bastante tempo, causando mal-estar em todos.

Comunidade Olhos D'Água - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, em caráter de urgência, a manutenção nas estradas da comunidade Olhos D'Água, dando atenção especial ao trecho que passa em frente à Capela Santa Luzia.

Rua Flor do Campo - Que seja solicitado do Poder Executivo, junto à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Rural, a realização de uma operação tapa-buracos na Rua Flor do Campo, localizada no Bairro Jardim América e que seja dada uma atenção especial a um buraco grande, nas imediações do número 324. Justifico meu pedido, tendo em vista que na localidade residem muitos idosos e pessoas com dificuldade de locomoção.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB)

Cópia de termo de convênio - Que seja solicitado do Poder Executivo, cópia do termo de convênio nº 5.484/2013 (ID 1002676) convênio firmado com o município, referente aos repasses feitos ao município através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no valor total de R\$ 160.847,77, para construção de uma quadra escolar para a escola do Distrito de Bom Jardim das Pedras, bem como cópia do processo licitatório completo para realização da referida obra, notas de empenho e medições.

Célio Roberto Azevedo (PSD)

Manutenção de estradas - Que seja solicitada do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, em caráter de urgência, a manutenção nas estradas que dão acesso à Fazenda Paracatu, dando atenção também ao trecho de acesso à residência do senhor conhecido popularmente como “José Cléber”, providenciado ainda a instalação de dois mata-burros nas proximidades da sua residência. Segundo reclamações de moradores e do senhor José Cléber, há aproximadamente onze anos não é feita a manutenção nas estradas mencionadas, que se encontram em estado precário, necessitando de atenção especial por parte da administração.



**Para falar com a
Câmara de Carmópolis ligue
3333-1704 ou 3333-2299**

Engenheiro da Prefeitura explica sobre obras do Bom Jardim e Japão Grande

A convite da Mesa Diretora da Câmara Municipal, o engenheiro civil Ledson Júnior de Moraes (*foto à direita*), funcionário da Prefeitura de Carmópolis de Minas, participou da sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 12 de julho de 2021, para tirar dúvidas e esclarecer os vereadores a respeito de obras de pavimentação em desenvolvimento no distrito de Bom Jardim das Pedras e na Rua Antônio Flávio de Oliveira, no povoado Japão Grande.

Sobre a responsabilidade técnica da obra realizada no Japão Grande, ele informou que a empresa executora é obrigada, por via de contrato, a disponibilizar um engenheiro na obra, de maneira permanente, além de manter escritório no município. A contratada deverá, também, arcar com os ônus de eventuais adaptações, em casos de possíveis omissões, divergências, vícios e defeitos resultantes de sua execução.

Sobre os problemas encontrados na obra, ele informou que foi formada uma comissão fiscalizadora, que se reúne periodicamente e avalia o desenvolvimento do projeto, já tendo enviado notificações à empresa executora. Também foram feitas visitas de vistorias aos locais, levantando problemas a serem resolvidos. Lembrou que a empresa tem um prazo contratual para responder as notificações e caso o problema não seja resolvido, a Prefeitura poderá reincidir o contrato, executar a garantia ou pedir o ressarcimento de recursos, licitando novamente, para que o processo seja resolvido.

Ledson relatou que em parte a empresa Pavon se propôs a resolver os problemas, tendo iniciado esses serviços que, entretanto, não tiveram sequência. Outros, ainda mais graves, ainda não tinham sido alvo de nenhuma solução, não tendo a empresa se manifestado oficialmente sobre eles.

Sobre os processos de concorrência, afirmou o engenheiro que foi feita uma licitação para cada obra a ser executada, sendo um processo para o Japão Grande e outro para o Bom Jardim das Pedras.

Respondendo à questão relacionada à falta de projeto de drenagem, o que teria provocado o surgimento de problemas na pavimentação, o engenheiro leu parte do objeto do edital, onde está expressa a drenagem como parte do serviço a ser realizado pela empresa contratada, o mesmo existindo no termo de referência. “Resumir os problemas daquela obra apenas à drenagem é complicado, pois o termo envolve muitas coisas, incluindo declividade, caídas e direcionamentos”, explicou o engenheiro, lembrando que a empresa teve prazo e meios para notificar a Prefeitura sobre possíveis discordâncias. A seu ver, os problemas são muito mais de execução do que de projetos.

Ledson disse não ser verdade que a Prefeitura tenha contratado especialista em drenagem para avaliar a questão. Ele apenas convidou, por sua própria iniciativa,



Volney Henrique

um profissional da área que esteve no local, tendo constatado que se tratava de problema de execução e não de projeto, estando, naquele momento, propondo as soluções.

Ressaltou que todos os defeitos diagnosticados em ambas as obras já foram relatados à empresa, permanecendo no aguardo das soluções. Caso a obra não seja retomada, o caminho poderá ser a judicialização.

Ledson confirmou que os projetos foram elaborados pela Prefeitura, mas a empreiteira, de posse do edital e em visita técnica aos locais das obras, deveria ter notificado o Executivo, caso entendesse que eles apresentavam algum problema, como é de praxe em obras públicas. Lembrou que a Prefeitura não é especializada em asfaltamento e quando contrata uma empresa para fazer esse tipo de serviço, deduz que ela seja habilitada para tanto. Ele garantiu, entretanto, que a Prefeitura não vai deixar de concluir as pavimentações.

O engenheiro asseverou que foram dadas à empresa todas as condições técnicas para a execução da obra, com topógrafo presente para executar as devidas marcações e não permitir erros de declividade e de saída de águas pluviais. Revelou, ainda, que os problemas só foram identificados pelo setor de engenharia da Prefeitura quando começaram as chuvas, como ficou claro no asfaltamento no Japão Grande, onde a falta de pontos de escoamento acabou provocando o afundamento da pista.

Em referência à base e espessura da pavimentação na obra do Bom Jardim das Pedras, tanto no sentido do distrito, como no da cidade, Ledson garantiu que as medidas da base são as mesmas da obra do Japão Grande, ou seja, 30 centímetros, mas que o setor técnico da Prefeitura poderá fazer uma averiguação nesses locais.

Disse, ainda, que a Prefeitura poderá, legalmente e de forma imediata, exigir da empresa os acertos de possíveis falhas, pois a garantia contratual é de cinco anos.

“Não vejo que a população ficará no prejuízo, pois foi feita uma benfeitoria, e os problemas ocorridos nas obras serão solucionados em curto prazo”, garantiu o engenheiro.

Sobre pequeno trecho na obra do Bom Jardim que ficou sem massa asfáltica, Ledson disse que faltou diálogo e o trecho poderia ter sido feito, se tivesse envolvido mais a fiscalização. Segundo ele, a empresa saltou o trecho porque moradores estavam jogando água na pista, o que inviabiliza a construção da base, e que o setor técnico da Prefeitura só foi comunicado sobre o problema posteriormente.

Sobre máquina retroescavadeira que se encontra abandonada em determinado ponto da obra do distrito, Ledson informou que o Código de Posturas Municipal prevê a retirada de veículos abandonados nas vias públicas, e que entraria em contato com o setor competente para tomar as devidas providências.

Ainda sobre trechos de solo úmido (brejo), que influenciaram na qualidade da obra, o engenheiro declarou que sua visita a esses locais pode ter sido realizada em período mais seco, quando não foi possível constatar o problema. Por outro lado, disse que se espera, sempre, que a empresa executora do projeto possa ajudar o setor técnico da Prefeitura, comunicando sobre problemas surgidos durante o trabalho. Possíveis falhas na execução da obra prevista em contrato são de responsabilidade da empreiteira e, caso não sejam sanadas, a Prefeitura poderá executar a garantia de 5% do valor total do contrato. No caso de não execução dos serviços, mesmo após a empresa ser notificada, será elaborado relatório detalhado, podendo redundar em restituição da verba já paga.

Fechando os trabalhos, o presidente do Legislativo, Célio Roberto Azevedo (PSD) esclareceu que a intenção da Câmara é ajudar o Poder Executivo na boa execução de seus projetos, já que os vereadores são cobrados diariamente pelo povo. Ele alertou sobre a existência de contradições entre os argumentos apresentados pelo proprietário da empresa Pavon, Marcílio Oliveira, e pela Prefeitura, mas explicou que o objetivo da ação legislativa, naquele momento, era apenas colher informações a respeito das obras.

Durante sua explanação, Ledson Júnior respondeu a questionamentos dos vereadores Claudinei Vicente da Silveira (PV); Geraldo Lucas, líder do PV; Fernando Luis Rabelo Lebron (PV); João Francisco Vieira (PSD); Dirceu da Silva, líder do governo e do PSD; José Laércio da Silveira, líder do DEM; Jaqueline Emilia Luciano (PV); Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) e Marcelo de Freitas dos Reis (DEM).

Executivo é criticado por se distanciar do Legislativo

O líder do DEM na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, vereador José Laércio da Silveira, cobrou, durante a sessão ordinária realizada no dia 19 de julho de 2021, o alinhamento do Poder Executivo com o Legislativo, visto que o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) não tem se reunido com sua base parlamentar.

Laércio exemplificou, lembrando pedidos de obras de pequeno custo, entre elas operações tapa-buracos solicitadas no início do ano, que até naquela não haviam sido atendidas. Ele disse que, após seis meses de mandato, ainda não tinha visto um verdadeiro alinhamento do Executivo com o Legislativo, o que deixava os vereadores da base totalmente perdidos.

“As coisas não estão acontecendo como deviam, mas se o Executivo quer assim, não serei

eu que convencerei o prefeito a mudar”, concluiu o líder.

O argumento foi reforçado pelo vereador Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD), que também teria feito um requerimento ao prefeito, há cerca de três meses, para a poda de uma árvore na Rua Vitalgino Marques, e até naquela data nenhuma providência havia sido tomada. Outro requerimento de sua autoria, solicitando iluminação na Rua Joaquim Gonçalves, também ainda não havia sido atendido.

O presidente da Câmara, Célio Roberto Azevedo (PSD), informou que tentaria marcar uma reunião com o setor mais cobrado da Prefeitura, ou seja, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, se possível com a presença de todos os vereadores.

Carmópolis consegue nota inédita no ICMS Cultural

A Secretaria Municipal de Cultura e o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Carmópolis de Minas foram parabenizados pelo vereador Geraldo Lucas, líder do PV, pelo alcance da pontuação inédita de 13,5, referente ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço do Patrimônio Cultural (ICMS-Cultural), instituído pelo governo de Minas para beneficiar as cidades que mostram trabalho positivo no setor de preservação.

Falando durante a sessão ordinária do Poder Legislativo realizada no dia 26 de julho de 2021, o vereador relatou que o trabalho teve início durante a administração anterior, chegando, agora, a essa boa pontuação, que renderá frutos financeiros para investimentos no município.

De acordo com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), o ICMS Patrimônio Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado, por meio de repasse dos recursos para os municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais, através de políticas públicas relevantes.

O programa estimula as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos, em uma ação conjunta com as comunidades locais.

Vereador que perdeu irmão por Covid questiona postura do governo

O vereador José Laércio da Silveira, líder do DEM *-foto à direita-*, agradeceu, em seu nome e de toda sua família, aos seus colegas vereadores, aos componentes do grupo de rede social da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas e a todos que se manifestaram, em vista do falecimento de seu irmão Salvador Ronaldo da Silveira (Nadinho), ocorrido no dia 22 de junho em Uberaba (MG) por complicações da Covid-19.

Em pronunciamento realizado no plenário do Legislativo, durante a sessão ordinária do dia 5 de julho, José Laércio expressou sua dor pelo fato que abalou a ele e a toda sua família, lembrando, ainda, que essa mesma dor já acometeu mais de quinhentas mil famílias brasileiras, que haviam perdido entes queridos



Volney Henrique

nesta pandemia global.

O vereador narrou, ainda, a triste experiência vivida por ele e por seus familiares, por não terem tido a oportunidade de visitar Nadinho em seus quarenta e cinco dias de hospitalização, em vista das regras sanitárias estabelecidas como método de prevenção ao contágio da doença.

“Um momento de dor e de revolta, por termos um governo

irresponsável e que levou na brincadeira o início da pandemia”, desabafou o parlamentar, afirmando que o Brasil poderia ter sido o primeiro país do mundo a ter iniciado a vacinação, o que teria evitado a morte de milhares de pessoas, mas o governo brasileiro se negou a comprar as vacinas no momento certo, como mostrado amplamente pela imprensa.

O vereador disse se sentir reconfortado pelas

manifestações e apoio de todos, e pelo fato de seu irmão ter cumprido sua missão com honestidade, trabalho e dignidade, sendo muito respeitado na cidade em que residia e onde prestou serviços a Minas Gerais, como funcionário do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Geraldo Lucas, líder do PV, reiterou seus sentimentos à família de seu colega, afirmando que Laércio foi muito feliz em suas colocações, ao afirmar que o Brasil poderia ser referência na vacinação contra Covid-19, pois possui um grande número de unidades básicas de saúde e equipes preparadas para realizar vacinações com eficiência e rapidez, mas infelizmente não foi o que aconteceu, levando a nação a um desastre na saúde pública.

Prefeito recebe reivindicações durante encontro com vereador

Durante encontro com o prefeito de Carmópolis de Minas, José Omar Paolinelli (PSD), o vereador João Francisco Vieira (PSD) cobrou, do chefe do Poder Executivo, o encaminhamento de obras na área de infraestrutura, tanto para a cidade quanto para o distrito de Bom Jardim das Pedras.

A ação parlamentar foi comunicada pelo vereador ao plenário da Câmara Municipal, durante sessão ordinária realizada no dia 26 de julho de 2021.

De acordo com João Francisco, durante o encontro ele apontou



Volney Henrique

a necessidade de se promover operações tapa-buracos no distrito e na cidade. Outra obra seriam os acertos em uma ponte localizada na entrada

do distrito, próximo ao antigo galpão da Seleta Tomates, que apresenta sérios deslocamentos em sua estrutura inferior. O vereador lembrou que um

tubulão já se encontra no local há algum tempo, mas ainda não foi instalado, trabalho que precisa ser feito antes do início do tempo chuvoso.

Outra obra no Bom Jardim cobrada pelo vereador foi o trecho, a ser asfaltado, entre a praça do distrito e o trevo do povoado da Formiga, obra já aguardada para ser feita no início do próximo ano, com os recursos do acordo judicial do governo de Minas com a empresa Vale, referente à tragédia do rompimento da barragem de rejeitos de minério em Brumadinho.

Presidente pede regularização fundiária ao Poder Executivo

Os vários problemas encontrados em Carmópolis de Minas no setor fundiário mereceu, do presidente da Câmara Municipal, vereador Célio Roberto Azevedo (PSD), a apresentação de um requerimento ao Poder Executivo, pedindo a contratação de uma equipe técnica para estudo e implantação, no município, da regularização fundiária urbana e rural (REURB).

O vereador explicou, durante a sessão ordinária do Poder Legislativo realizada no dia 5 de julho



Volney Henrique

de 2021, que Carmópolis possui uma carência muito grande de regularização de imóveis e ruas, e que o seu requerimento beneficiará muitas pessoas de baixa

renda, já que prevê a gratuidade do serviço de cartório.

“O município tem crescido de maneira muito rápida, e muitas vezes de

maneira errada”, apontou o vereador, gerando carências como a extensão de rede de energia elétrica e acesso à internet, dentre outras, cuja instalação exige que o imóvel e a via sejam legalmente regularizados.

“Estou encaminhando o requerimento ao prefeito, para que seja contratada uma equipe capacitada e que tenha experiência no assunto, pois considero ser de grande relevância para o município a regularização fundiária”, continuou o presidente.

Acordo com a Vale por Brumadinho tem lei sancionada

Garantindo o repasse proporcional de R\$ 1,5 bilhão a todos os municípios mineiros, conforme proposto e aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a Lei 23.830, que autoriza o uso de recursos do acordo judicial firmado com a Vale pelo rompimento de barragem da mineradora em Brumadinho, foi sancionada no dia 28 de julho de 2021 pelo governador Romeu Zema (Novo).

A norma é oriunda do Projeto de Lei (PL) 2.508/21, do governador, que autoriza a utilização de R\$ 11,06 bilhões provenientes de parte do acordo judicial firmado pelo poder público com a Vale para reparação de danos causados pelo rompimento, ocorrido em janeiro de 2019 e que provocou 272 mortes.

O Termo de Medidas de Reparação foi homologado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em 4 de fevereiro deste ano, tendo sido assinado pelo Governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e pela Vale. O PL foi aprovado em definitivo pela ALMG em 14 de julho, após intensas negociações e debates no Legislativo, que resultaram no aperfeiçoamento da proposta original do Executivo.

O repasse direto de parte dos recursos aos municípios foi um dos grandes pontos da discussão e motivo de impasse com o governo do Estado. Para garantir que isso ocorresse, foi apresentada na ALMG a Proposta de Emenda à Constituição 68/21, com 32 deputados signatários. Aprovada pelos deputados em dois turnos no Plenário, a proposta foi transformada na Emenda Constitucional 109, que garantiu o repasse de R\$ 1,5 bilhão diretamente aos municípios, proporcionalmente à população.

O presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus (PV), lembrou que a ALMG e as prefeituras ficaram de fora das negociações do acordo, o que, segundo frisou o parlamentar, foi reparado pela emenda. “Levar diretamente aos municípios esses recursos é renovar a democracia e as escolhas que foram feitas pelos eleitores. Será que valia a pena criar burocracia, montanhas de papéis, para que as prefeituras tentassem receber esses recursos? Perdeu quem apostou na desigualdade, na burocracia e que prefeitos e prefeitas poderiam fazer mau uso desse dinheiro”, apontou o presidente da Assembleia. O projeto aprovado autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado de 2021 até o valor de R\$11,06 bilhões para atender às despesas que estão previstas e especificadas em seis anexos.

O COMBATE À DENGUE NÃO PODE PARAR DIANTE DO CORONAVÍRUS



Faça a sua parte. Mantenha seu quintal e sua casa limpos e sem água parada.

Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Vereadores pedem uso de verba da Vale em obra da Rua Formosa

O acordo financeiro aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e celebrado entre a mineradora Vale e o governo de Minas Gerais, em consequência dos danos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho, foi tema de manifestação do vereador Geraldo Lucas, líder do PV, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, realizada no dia 19 de julho de 2021. De acordo com o parlamentar, serão destinados cerca de R\$ 11 bilhões aos municípios mineiros.

Geraldo Lucas disse ser importante declarar que nenhum acordo trará de volta as vidas perdidas, mas trata-se de uma compensação simbólica, pelo tamanho da tragédia que atingiu todo o Estado. Informou o vereador que, desse valor, Carmópolis vai receber um milhão e meio de reais, com repasse de 40% até o próximo dia 31 de agosto; 30% até 31 de janeiro de 2022 e o restante até 01 de julho de 2022.

O líder do PV convidou seus colegas vereadores para que encaminhassem um requerimento coletivo ao Poder Executivo, solicitando que parte dos recursos fosse utilizada no término da obra da Rua Formosa, no Bairro Aparecida, podendo, assim, ser concluída, chegando o asfalto até a rodovia MG-270, como também até à praça do bairro.

O vereador lembrou o compromisso assumido com a população do bairro, durante audiência do



Volney Henrique

Legislativo realizada no local, na legislatura passada, levando também, em consideração, a importância da via, utilizada como ligação ao centro da cidade, como também ao bairro Lava-pés, ajudando a escoar o trânsito.

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) concordou inteiramente com a destinação de parte dos recursos da Vale para as obras da Rua Formosa, tendo em vista a importância daquela via, que precisa ser recapeada em toda sua extensão. “A iniciativa tem o meu apoio

e estarei assinando o requerimento”, afirmou ele, pedindo, ainda, que parte do dinheiro seja utilizada na conclusão da obra de asfaltamento no Bom Jardim das Pedras, com início na praça do distrito.

Ainda sobre o acordo da Vale, Marcelo lamentou a postura de alguns deputados estaduais, que nunca colocaram os pés em Carmópolis, e que mesmo assim enviaram mensagens aos vereadores, com suas fotos, mostrando o valor a ser recebido pelo município. “Deviam se envergonhar, pois não é dinheiro deles, mas recursos sacrificados, provenientes de uma tragédia, que matou centenas de pessoas”, criticou o parlamentar, estranhando o fato deles ainda terem coragem de fazer campanha política com esse dinheiro.

O presidente da Casa, Célio Roberto Azevedo (PSD), concordou com o envio do requerimento coletivo ao Poder Executivo, pois os moradores do bairro Aparecida realmente merecem ter a Rua Formosa totalmente asfaltada. “Nós temos vários meios de priorizar o que é importante para o município, e esta é uma maneira viável de contemplar os moradores com essa importante obra”, afirmou o presidente.

João Francisco Vieira (PSD) concordou com a destinação de parte da verba, pedindo que, no requerimento coletivo, também seja solicitado o término da obra do distrito de Bom Jardim das Pedras.

Prefeitura comunica recebimento de recursos da Vale

Por meio de ofício lido em plenário, durante a sessão ordinária realizada no dia 26 de julho de 2021, o Poder Executivo de Carmópolis de Minas comunicou à Câmara Municipal que receberá uma quota de R\$ 1,5 milhão, proveniente do Projeto de Lei 2.508/2021, que autoriza a utilização de R\$ 11,6 bilhões, oriundos de parte do acordo judicial firmado pelo governo de Minas com a mineradora Vale, para reparação de danos causados pelo rompimento de barragem da empresa no município de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte.

De acordo com o ofício, o pagamento deverá ser feito em três parcelas, sendo 40% até o dia 31 de agosto, 30% até 31 de janeiro e outros 30% até o dia 01 de julho de 2022. Informou o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) que a primeira parcela, no valor de aproximadamente R\$ 600 mil, será destinada à pavimentação asfáltica que compreende a Avenida Ipê Amarelo até a rodovia MG-270, em conclusão de um trecho de extrema importância, que irá beneficiar muitos usuários dos bairros que ali se interligam.

Diz o ofício que outra importante destinação desses recursos será uma obra de infraestrutura urbana em terreno com área de aproximadamente 3.600 metros quadrados, desmembrada de uma área de 40.000 metros quadrados, de propriedade do município, localizada no final da Avenida Omar da Costa Paolinelli, bairro Boa Vista, a ser destinada à construção do Fórum da Comarca de Carmópolis de Minas. Neste sentido, o município deverá providenciar a pavimentação de trecho de aproximadamente quatrocentos metros da Avenida Omar da Costa Paolinelli, além da abertura e pavimentação de uma via que dê continuidade à Avenida Omar da Costa Paolinelli.

Esclareceu o ofício que toda essa obra deve ser concluída o quanto antes, para o início da construção da nova sede do Fórum. Salientou que, por exigência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), existe a necessidade de contrapartida do município, alertando para a sua execução ainda em 2021, o que possibilitará, o mais breve possível, o início das obras da sede do Poder Judiciário, que trará para o município grandes benefícios e valorização imobiliária.

O prefeito comunica, ainda, que o engenheiro da Prefeitura está elaborando o projeto para

realização dessa infraestrutura, e terá um orçamento que certamente ficará em mais de R\$ 600 mil, sendo necessário um provisionamento de recursos próprios.

Outra parcela, no valor de aproximadamente R\$ 450 mil, será destinada ao trecho de chegada ao distrito de Bom Jardim das Pedras.

O vereador Geraldo Lucas, líder do PV, lamentou a iniciativa do governo municipal, que enviou o ofício à Câmara antecipando-se ao requerimento coletivo, assinado por todos os vereadores, solicitando que os recursos fossem utilizados para o fim da pavimentação e drenagem da Rua Formosa, como também para a chegada ao distrito de Bom Jardim das Pedras. O vereador informou que, após ser enviado, o requerimento foi publicado pelo Poder Executivo na sexta-feira, dia 23 de julho, e já na segunda-feira, dia 26, o ofício chegou ao Legislativo, informando onde o dinheiro seria gasto.

“Não queremos ter atrito com o Poder Executivo, que, entretanto, não nos convida para alguns acontecimentos, e quando a Câmara decide criar um movimento suprapartidário, tratando de assuntos de interesse do município, o Poder Executivo encaminha a esta Casa um ofício em má hora”, criticou o líder, esclarecendo que o plenário do Legislativo havia tratado desse assunto na sessão anterior, mas o prefeito, por meio do ofício, tentou se antecipar sobre a destinação dos recursos. Grifou, ainda, que o chefe do Executivo poderia ter enviado uma resposta ao requerimento assinado pelos onze vereadores e não se antecipado a ele.

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) também criticou o ofício, afirmando que o Poder Executivo agiu de má fé, pois o assunto foi abordado pelos vereadores na semana anterior e o requerimento foi publicado no diário oficial, dando conhecimento público das intenções dos vereadores. Disse, ainda, que ao tentar se antecipar, o Executivo deixou os vereadores insatisfeitos. Lembrou que a cidade tem uma grande prioridade, que é o trecho da Rua Formosa até a rodovia MG-270, ainda sem nenhum tipo de calçamento ou pavimentação, e ainda mais prioritário, o trecho que se inicia na Praça José de Souza Moraes.

“A gente lamenta, pois esse tipo de conduta não deve ser adotado pelo Poder Executivo, que assistiu

à reunião da Câmara e em seguida enviou um ofício antecipando fatos, para tirar o mérito dos colegas vereadores”, apontou Marcelo, lembrando que os parlamentares não têm poder de executar obras, mas o dever e a obrigação de auxiliar o prefeito, por meio de requerimentos e ações junto aos deputados.

Célio Roberto Azevedo (PSD) também manifestou sua insatisfação, afirmando que nem sempre o Poder Executivo anda de mãos dadas com o Legislativo, como deveria ser. Ele disse aguardar que o prefeito possa se abrir ao diálogo e convidar os vereadores para uma reunião, com o objetivo de discutir sobre a mais correta destinação desses recursos.

Jaqueline Emilia Luciano (PV) disse que acompanhará com atenção as datas dos pagamentos das parcelas, aguardando, ansiosamente, assim como a população do Bom Jardim das Pedras, pelo término da obra na chegada do distrito, que merece especial atenção por ser, depois da cidade, o local mais populoso do município. “Mais do que outros vereadores, cobrarei do prefeito para que ele possa cumprir o prometido no ofício”, adiantou a parlamentar.

Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) endossou o argumento de que o Poder Executivo não estava querendo ouvir os vereadores, mas ainda acreditava que o prefeito pudesse voltar atrás, marcando uma reunião com todos os seus colegas de Câmara, para que juntos tomassem a decisão, fazendo o melhor para o município.

Em vista do ocorrido, o vereador João Francisco Vieira (PSD) pediu que fosse estabelecido um diálogo mais direto entre o Poder Executivo e a Câmara, com o objetivo de decidir sobre a destinação de recursos financeiros oriundos de futuras emendas parlamentares e de programas governamentais que possam ser criados. Para ele, o mais indicado seria a realização de pelo menos uma reunião por mês, com todos os vereadores.

José Laércio da Silveira, líder do DEM, afirmou que a Câmara foi atropelada pelo prefeito, que fez pouco caso do requerimento, baseado no argumento de que os vereadores não executam obras, sendo essa uma prerrogativa do Executivo.

Imagem da padroeira visita a sede da Câmara

A sede da Câmara de Carmópolis de Minas recebeu, na tarde do dia 14 de julho, a visita da imagem de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do município. A peregrinação fez parte da programação da festa da Padroeira de 2021. O dia de Nossa Senhora do Carmo é comemorado pela Igreja Católica, em todo o mundo, em 16 de julho.

A imagem foi recebida com aplausos no hall de entrada, e com o cântico “Maria de Nazaré”. Em seguida foi transportada para o plenário Hélio Rabelo Costa, onde o pároco, padre Jorge Pereira de Souza Júnior, aspergiu com água benta os presentes e procedeu às orações específicas da celebração. Funcionários, prestadores de serviço

e vereadores estiveram presentes.

Nossa Senhora do Monte Carmelo ou Nossa Senhora do Carmo é o título dado à Maria, Mãe de Jesus, em honra de sua função como padroeira da Ordem dos Carmelitas. A palavra Carmelo, em hebraico: “Carmo”, significa vinha, portanto, “Vinha do Senhor”. Os primeiros carmelitas eram eremitas que viviam no Monte Carmelo, na Terra Santa, entre o final do século XII e meados do século XIII. Eles construíram, no meio de seus eremitérios, uma capela que dedicaram à Santíssima Virgem.

Desde o século XII, a devoção popular a Nossa Senhora do Carmo está centrada em seu escapulário, que originalmente é constituído por dois pedaços de tecido ligados por finas

fitas que os fiéis leigos carregam em seus ombros. É um resumo da devoção maior do Escapulário marrom como uma veste (hábito) usado por religiosos monges e monjas carmelitas. É, também, um sacramental associado às promessas de ajuda feitas por Maria para a salvação do devoto portador. O uso do escapulário é uma via de salvação, mas primeiramente de conversão dos devotos, para que possam viver uma nova espiritualidade.

A festa litúrgica de Nossa Senhora do Carmo foi celebrada, pela primeira vez, na Inglaterra, no final do século XIV. O objetivo era agradecer a Maria pelos benefícios concedidos nos tempos de dificuldades dos primeiros anos da Ordem do Carmo.

Queimadas em lotes voltam a ser motivo de queixas



Volney Henrique

Tribuna Livre

Para falar sobre os efeitos negativos das queimadas em lotes, o senhor Adelmo Rabelo de Oliveira (*foto acima*) ocupou a tribuna do Poder Legislativo de Carmópolis de Minas, durante a sessão ordinária realizada no dia 26 de julho de 2021. Ele disse que um novo incêndio ocorreu próximo à sua propriedade, no bairro Santa Helena, quase atingindo sua casa, sendo que por várias vezes já reclamou, junto à Prefeitura, sobre o problema, mas nenhuma providência havia sido tomada até naquele momento.

Em vista dos riscos, ele denunciou o caso na delegacia de polícia, tendo, também, comunicado a ocorrência ao Corpo de Bombeiros de Oliveira. De acordo com o seu relato, a situação é grave, pois atinge vários imóveis, prejudicando aqueles que sofrem com problemas de respiração. Ele apontou a péssima qualidade do ar em algumas partes da cidade, onde pessoas não têm nem mesmo como respirar. E pediu para que os proprietários desses lotes sejam notificados, pois não cuidam de seus imóveis e prejudicam a população.

O vereador Dirceu da Silva (PSD) noticiou que na noite anterior houve uma grande queimada no bairro Santa Helena, onde o fogo atingiu quase a altura das casas. Lembrou que a Câmara já fez a sua parte, aprovando a lei que dá suporte ao Poder Executivo para executar as multas. Argumentou que, se uma pessoa tem condições de comprar um lote na cidade, com custo aproximado de cem mil reais, também pode promover duas limpezas anuais no imóvel. Ele parabenizou Adelmo

por ter comparecido à Câmara para fazer sua queixa, esperando que o Poder Executivo tome as providências cabíveis.

Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) questionou sobre até quando a Prefeitura deixará de agir sobre os lotes sujos, que tomam conta principalmente dos novos loteamentos. Ressaltou que a Casa já deu autonomia para a Prefeitura atuar conforme convém e ressaltou que se encontra em estudos um projeto de lei, de autoria do vereador Célio Roberto Azevedo, oferecendo bônus aos proprietários que mantêm seus lotes limpos.

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) considerou lamentável que o Legislativo elabore leis dando autonomia ao Executivo para fiscalizar e multar, mas infelizmente elas não são cumpridas. Lembrou que há quatro anos os vereadores vêm abordando o problema, tendo encaminhado vários requerimentos. E disse esperar que, a partir de mais essa reclamação, as leis sejam realmente cumpridas.

José Laércio da Silveira, líder do DEM, reforçou o pedido feito por Adelmo, lembrando ter sido autor de requerimentos neste sentido, ainda não atendidos pelo Poder Executivo, que não estaria exercendo o poder que lhe conferem as leis. Lembrou, ainda, que muitos lotes precisam ser cercados, para não se transformarem em locais de vandalismo.

Os vereadores João Francisco Vieira (PSD), Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB e Célio Roberto Azevedo (PSD) também reforçaram os argumentos apresentados.

Ações ligadas à causa animal e meio ambiente são relatadas ao plenário

Tribuna Livre

A cidadã Cristiane Paolinelli Rabelo ocupou mais uma vez o espaço dedicado à Tribuna Livre, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 12 de julho de 2021, para falar sobre pautas relativas à causa animal e ao meio ambiente.

Ela iniciou sua argumentação citando o coordenador do Centro Municipal de Zoonoses, Diogo de Souza Santos, que em 13 de fevereiro deste ano se reuniu, na Prefeitura, com voluntários, quando foram discutidas questões relativas ao bem estar animal, com base na nova política municipal de manejo

populacional de cães e gatos.

Durante o encontro foi explicado aos presentes a dinâmica do trabalho desenvolvido no combate à leishmaniose e das medidas que estavam sendo tomadas em relação ao surto dessa patologia. Também foi apresentado projeto de parceria, em análise na Prefeitura, que servirá de apoio às consultas e castrações de cães e gatos tutelados pela população de baixa renda.

Ela pediu o apoio dos vereadores para que a cidade tenha condições de colocar o projeto em prática, pois a situação é complexa, havendo, ainda, a necessidade de um novo abrigo, como também de conscientização

da população e de zelo com a saúde pública. “Daí a necessidade do poder público também colaborar”, argumentou a cidadã.

Cristiane também abordou tema ligado ao meio ambiente, reportando-se a um projeto de revitalização de nascentes em andamento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA). Ela destacou que Carmópolis possui muitas nascentes, várias delas no perímetro urbano, havendo a necessidade de catalogá-las, para que possam ser salvas, em benefício das futuras gerações.

Ainda sobre meio ambiente, Cristiane falou sobre o projeto do parque municipal, na área conhecida como “Buracão”, localizada

em frente ao estádio do Tupanuara, no bairro Santo Antônio. Esclareceu que a área foi legalmente destinada à preservação ambiental pelo loteamento “Residencial Paolinelli”. Ela manifestou seu apoio ao vereador Claudinei Vicente da Silveira (PV), que tem trabalhado pela efetivação do parque. Para ela, é necessário trabalhar de mãos dadas pelas causas coletivas, para evitar o crescimento descontrolado da cidade.

O presidente Célio Roberto Azevedo (PSD) destacou a importância das questões ligadas ao meio ambiente e à causa animal, agradecendo a cidadã pela iniciativa de comparecer à Câmara para falar sobre esses projetos.

Cidadão pede nome de rua para “Jovi do Bananal”

Tribuna Livre

Ocupando o espaço dedicado à “Tribuna Livre”, o cidadão carmopolitano Antônio Edmilson (*foto à direita*) sugeriu uma homenagem ao senhor popularmente conhecido como “Jovi do Bananal”, que segundo ele caminhava por quilômetros para conseguir arrecadar o alimento para sua família.

Lembrou de sua presença no sítio de seu pai, Raimundo Moraes, onde sua mãe sempre ajudava aqueles que lá compareciam pedindo alguma coisa. Essa convivência durou por muitos anos, desde sua infância, quando Jovi brincava com ele na sala de sua residência.

A homenagem, segundo ele, será a uma pessoa que a todos respeitava e com



Volney Henrique

todos convivia, não obstante as dificuldades a ele impostas no dia a dia. “Peço ao prefeito que homenageie esse senhor, dando o seu nome a uma rua de Carmópolis de Minas”, solicitou Edmilson, afirmando que Jovi do Bananal foi uma pessoa humilde, que não teve estudos, mas que conseguiu criar doze filhos, todos honrados, uma lição para

quem vive hoje. Isso porque seus filhos tiveram realmente um pai que valeu a pena.

O presidente do Legislativo, vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) agradeceu a Edmilson pela presença e participação no plenário da Câmara, e disse que a homenagem com certeza será feita, assim que for possível.